



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0088394-3

EMBARGANTES: TENDTUDO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA e REPEL -
RECIFE PESCADOS LTDA.

EMBARGADOS: Os mesmos

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

5ª CÂMARA CÍVEL

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL.
DATA DA CITAÇÃO. CORREÇÃO. OMISSÃO. REDISCUSSÃO
DA MATÉRIA. PREQUESTIONAMENTO.

1. A análise do prequestionamento é de competência, neste Tribunal, da Vice-Presidência, e, ainda dos Tribunais Superiores, ao ensejo do juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário.
2. A errônea indicação, pelo acórdão embargado, da data do ato citatório configura erro material, passível de correção nos embargos de declaração.
3. Não tendo a parte contestado pedido formulado no apelo, seu acolhimento depende unicamente de fundamentação idônea, sendo prescindível a análise dos argumentos em contrário que a parte prejudicada, em sede de embargos declaratórios, venha a articular.
4. Embargos de declaração conhecidos e rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em ACOLHER os Embargos de Declaração opostos por TENDTUDO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA., para o



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

fim de declarar a data da citação no dia 3 de junho de 1999, na conformidade do incluso voto, e, também por unanimidade, em NÃO CONHECER do pedido de prequestionamento formulado nos Embargos de Declaração opostos por REPEL - RECIFE PESCADOS LTDA., e REJEITÁ-LOS, na conformidade do incluso voto.

Recife, 7 de agosto de 2013.

DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS
Relator



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0088394-3

EMBARGANTES: TENDTUDO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA e REPEL - RECIFE PESCADOS LTDA.

EMBARGADOS: Os mesmos

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

5ª CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração opostos por TENDTUDO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. e por REPEL - RECIFE PESCADOS LTDA. contra acórdão que julgou conjuntamente os embargos de declaração nº 88394-3/01, nº 88394-3/02, nº 88394-3/03, e o Agravo Regimental nº 88394-3/04, cujas decisões haviam sido cassadas pelo STJ.

Na origem, cuidou-se de ação revisional de aluguel proposta pela REPEL - RECIFE PESCADOS LTDA., locadora, que foi julgada procedente pelo Juiz da 8ª Vara Cível da Capital, para o fim de elevar o valor do aluguel. Interposta apelação pela TENDTUDO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA., locatária, o recurso foi parcialmente provido por esta eg. câmara, apenas para reduzir os honorários advocatícios.

Contra o acórdão, a locatária opôs os embargos de declaração nº 88394-3/01, que foram providos para se deixar consignado que os aluguéis revisados somente incidiriam até a data final do contrato de locação, e que a sentença seria executável apenas após seu trânsito em julgado.

Em seguida, novos embargos foram opostos pela locatária (ED nº 88394-3/02) e pela locadora (nº 88394-3/03), tendo sido rejeitados ambos os recursos.

Publicados os acórdãos, a locadora questionou a carga dos autos pela parte contrária, pleiteando a devolução do prazo recursal. Denegado o requerimento, interpôs o Agravo Regimental nº 88394-3/04, ao qual se negou provimento.



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça
Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

Após todo o trâmite, o Superior Tribunal de Justiça, nos autos de Recurso Especial interposto pela locatária, anulou, por ofensa ao art. 535 do CPC, as decisões prolatadas a partir dos Embargos de Declaração nº 88394-3/01, inclusive.

Por esse motivo, foram todos aqueles recursos objeto de novo julgamento, em decisão una, na qual se acolheram parcialmente os ED nº 88394-3/01 - para consignar a vigência do aluguel revisado somente até o termo final do contrato de locação -, rejeitaram-se os ED nº 88394-3/02 e nº 88394-3/03, e julgou-se prejudicado o AgR nº 88394-3/04.

Agora, locadora e locatária impugnam o acórdão conjunto, através dos presentes recursos de embargos declaratórios.

A locatária alega a existência de contradição, pois a decisão impugnada teria indicado, como termo inicial da cobrança dos aluguéis, o momento da citação, indicando, para este ato processual, data diferente daquela em que teria de fato ocorrido.

Por sua vez, a locadora alega que o acórdão teria se omitido sobre as seguintes questões: (i) a impossibilidade de limitação de vigência dos aluguéis por meio de embargos declaratórios, já que este recurso não teria efeito modificativo; (ii) a permanência da locatária no imóvel após o prazo contratual, conforme declarado em sentença com trânsito em julgado, proferida em ação consignatória de chaves proposta pela locatária; (iii) a prorrogação da locação por tempo indeterminado; (iv) a incidência do valor revisado até a data da efetiva desocupação do bem ou até o trânsito em julgado da ação revisional; e (v) a possibilidade de cobrança, nos próprios autos da ação revisional, das diferenças decorrentes da revisão do aluguel. Com base nessas alegações, requereu o acolhimento dos embargos, com efeitos infringentes, e o prequestionamento de diversos dispositivos legais.

Em razão do efeito modificativo pleiteado nestes últimos embargos, intimou-se a locatária para se manifestar sobre o recurso, tendo sido apresentadas contra-razões, na qual se pugnou pela rejeição dos embargos



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

declaratórios opostos pela locadora, já que a limitação do novo aluguel ao momento final do contrato de locação teria sido objeto de pedido expresso na apelação, ao qual a locadora não teria feito objeção.

É o relatório.

Recife,


DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS
Relator



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0088394-3

EMBARGANTES: TENDTUDO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA e REPEL -
RECIFE PESCADOS LTDA.

EMBARGADOS: Os mesmos

RELATOR: DES. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

5ª CÂMARA CÍVEL.

VOTO

Como relatado, o recurso da locatária impugna a data indicada pelo acórdão embargado como momento da realização do ato citatório, que constitui o termo *a quo* de vigência do aluguel revisado judicialmente.

Constata-se, de fato, que a data consignada no acórdão embargado - isto é, 03/06/1996 (fl. 70 dos autos dos ED nº 008394-3/01) - difere daquela certificada pelo oficial de justiça a respeito do cumprimento do mandado de citação, no dia 03/06/99 (fl. 70 dos autos originários), devendo ser corrigido o erro material apontado, declarando-se o dia 03/06/99 como momento da citação.

Passo a analisar o recurso da locadora, que alega diversas omissões no acórdão embargado, sustentando que os aluguéis revisados judicialmente deveriam incidir não somente até o termo final do contrato de locação, mas até a efetiva desocupação do imóvel.

As questões veiculadas nos presentes embargos são substancialmente as mesmas que a locadora aduziu nos ED 88394-3/03, recurso rejeitado no julgamento conjunto, no qual se consignou, quanto à vigência do aluguel revisado:

"Feitas tais considerações, impende ressaltar a apreciação dos itens 42-44 da apelação, relativos ao alcance da decisão da sentença apelada, que, no entender da TENDTUDO, somente poderia abranger os aluguéis compreendidos no prazo do contrato de locação vigente entre a data de citação da ré-apelante



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

(03/06/1996) e a data do término do contrato locatício (31/12/1999).

Com efeito, a sentença apelada condenou a ré ao pagamento do valor fixado em sentença (R\$ 78.600,00 - setenta e oito mil e seiscentos reais) a partir da data da citação, sem explicitar o termo final de tais pagamentos.

Ao apreciar a apelação interposta em face da TENDTUDO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, a Quinta Câmara Cível deu parcial provimento ao recurso, apenas para reduzir o montante fixado a título de honorários sucumbenciais, de 20% para 15%.

Destarte, nota-se que realmente não houve pronunciamento explícito acerca do termo final da exigibilidade dos alugueres reajustados.

Contudo, quando do julgamento dos primeiros aclaratórios interpostos pela TENDTUDO, esta Relatoria deixou explicitado (fl. 31 do apenso relativo aos embargos nº 88.394-3/01) que o valor reajustado seria exigível até a data do vencimento do contrato de locação, qual seja, 01/01/2000, fundamentos que devem ser reafirmados no bojo do presente voto, ante a cassação das decisões proferida pelo Superior Tribunal de Justiça."

A decisão a que se reporta o acórdão embargado foi a que, antes do decreto anulatório do STJ, acolheu os Embargos de Declaração nº 88934-3/01, opostos pela locatária após o julgamento da apelação. Eis os fundamentos, no que interessa:

"Complementando, na forma requerida pela embargante, fica explicitado que tal determinação se estenderá até a data do vencimento do contrato, isto é, 01/01/2000. Mas isto, sem qualquer repercussão em posterior ação renovatória do contrato intentada pela embargada (...)"

Ante essa decisão, a locadora, que até então não houvera questionado a limitação temporal dos aluguéis, opôs os Embargos de Declaração nº 88934-3/03, sustentando a aplicabilidade do valor revisado até a data da desocupação



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça

Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

do bem ou do trânsito em julgado da sentença na ação revisional. Originalmente, o recurso foi rejeitado nos seguintes termos:

"A obscuridade melhor se enquadraria na hipótese de erro de fato. Afirma o Embargante que o Acórdão embargado considerou inexistente um fato efetivamente ocorrido (permanência do locatário no imóvel após o termo final do contrato).

A despeito da correta qualificação jurídica, não vislumbro o vício apontado, pelas razões que passo a expor.

Em sede de apelo, o Embargado requereu expressamente que a revisão fosse limitada aos aluguéis devidos entre a citação na ação revisional e o termo final do contrato de locação (fl. 499 dos autos do Recurso de Apelação).

O pedido foi apreciado apenas em parte, fixando-se como termo inicial para a revisão dos aluguéis a data da citação na Ação Revisional (fls. 550 dos autos do Recurso de Apelação). Não foi apreciado, no entanto, o pedido de fixação do termo final.

Opostos embargos declaratórios, a omissão foi sanada, sendo fixado como termo *ad quem* para a revisão dos aluguéis o termo final do contrato de locação celebrado entre as partes.

Sendo assim, resta claro que o Acórdão embargado apenas supriu a omissão verificada no julgado. Não enxergo qualquer violação ao disposto no art. 535, I e II, do CPC." (fl. 20 dos autos do ED nº 88394-3/03).

De volta aos presentes embargos declaratórios, percebe-se que não procedem as alegações da locadora, que reapresenta os mesmos fundamentos dos Embargos nº 88394-3/03, já julgados e rejulgados por este colegiado.

Ora, o Tribunal, por ocasião dos ED nº 88394-3/01, fixou fundamentadamente o termo *ad quem* dos aluguéis revisados, em atenção a requerimento expresso na apelação. Não tendo a locadora impugnado o pedido, não pode ser reconhecida omissão quanto a argumentos até então inexistentes nos autos, já que levantados somente nos ED nº 88394-3/03.

Ademais, a despeito de não terem sido rebatidos, um a um, todos os argumentos articulados pela embargante, o objeto central de suas alegações, isto



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça
Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

é, o termo *ad quem* de vigência do aluguel revisado, é matéria devidamente apreciada e resolvida pelo órgão julgador, de modo que não se verifica qualquer das omissões sustentadas nos presentes embargos de declaração.

Na verdade, nota-se que, tanto nos presentes embargos quanto nos de nº 88394-3/03, a pretensão da locadora é a de reverter o sentido de decisão que contraria seus interesses, o que não constitui o objetivo dos embargos declaratórios. A exceção a essa regra - nos casos em que a infringência decorre natural e necessariamente do saneamento de omissão, contradição ou obscuridade - não é aplicável à hipótese dos autos, pois as omissões alegadas referem-se a questões somente suscitadas nos próprios embargos, constituindo, portanto, matéria nova em relação àquelas submetidas a julgamento na apelação.

Isto se diga, em especial, quanto à suposta omissão sobre ação consignatória de chaves, em que se teria declarado, por meio de sentença com trânsito em julgado, o fim da locação em data posterior àquela adotada pelo acórdão embargado como termo *ad quem* de vigência dos aluguéis.

Tal fato - trânsito em julgado -, segundo informações pesquisadas no sítio eletrônico do TJPE, ocorreu em 15/06/2009, ou seja, bem antes do julgamento ora impugnado, mas só foi informado pela locadora nos presentes embargos, de modo que o acórdão embargado não poderia nem deveria abordar a questão, pelo que se afasta o vício de omissão.

Por outro lado, não há conflito entre os provimentos jurisdicionais em tela, pois, na ação revisional, tratou-se de revisar o valor do aluguel e definir a eficácia da decisão revisora no tempo, sem excluir outros direitos eventualmente surgidos após o período de vigência delimitado.

No que diz respeito à suposta violação ao art. 535 do CPC, por atribuição indevida de efeitos infringentes aos embargos de declaração - alegação que se refere ao julgamento dos Embargos nº 88394-3/01, opostos pela locatária -, verifica-se que a pretensão é também incompatível com as hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, que se destinam unicamente a corrigir eventual omissão, contradição ou obscuridade.



Poder Judiciário
Estado de Pernambuco
Tribunal de Justiça
Gabinete do Des. José Fernandes de Lemos

Por fim, quanto ao pedido de prequestionamento, dele não conheço, tendo em vista que a competência para examiná-lo é, neste Tribunal, da Vice-Presidência, e, ainda, dos Tribunais Superiores, ao ensejo do juízo de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário.

Por todo o exposto, conheço dos embargos manejados por TENDTUDO, para acolhê-los, determinando a correção do erro material referente à data do ato citatório. Quanto recurso da REPEL, não conheço do pedido de prequestionamento, e rejeito os embargos de declaração.

É como voto.